

Handwritten signatures and notes in blue ink.

Assembleia de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória

ATA Nº 31

Aos vinte dias e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte quatro, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no edifício de Santo Ildefonso, pertença da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, reunida em Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, ao abrigo da alínea b) do Artigo 14º, da Lei 75/2013, no Salão Nobre Wilson Faria do edifício de Santo Ildefonso, sito na Rua Gonçalo Cristóvão, 187, 4000-269, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 – Eleição de um Vogal da Junta de Freguesia, mediante proposta do Presidente da Junta. -----
- 2 – Apreciação e Votação do Relatório Final do Orçamento Colaborativo 2024-----
- 3 – Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2023. --
- 4 – Apreciação do Cadastro dos ativos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento da União de Freguesias. -----
- 5 – Apreciação e Votação do Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências -----
- 6 – Apreciação da Informação do Presidente sobre a atividade desenvolvida na Autarquia relativa ao período de 1 de dezembro de 2023 a 31 de março de 2024. -----

1

Verificaram-se as seguintes presenças: -----

Aqui Há Porto-RM – Mário José Machado Faria e Almeida Praça, Gianpiero Freire de Zignoni, Alexandre Nuno Azevedo Vieira Pinto, Maria Cristina Vilares Lima Rothes Barbosa Silos de Medeiros, Abel Rodrigues Magalhães-----

Partido Socialista – António Fernando de Oliveira, Sandra Maria Ribeiro Mondim, Abílio Manuel Pacheco Rodrigues. -----

Partido Social Democrata – Ricardo Jorge Loureiro Baptista, Tiago João Peixoto Fonseca, António Miguel da Costa Cardoso Antunes -----

Bloco de Esquerda – Teresa Marisa Alves Martins. -----

CDU – João Duarte Gonçalves e Vítor Vladimiro Cardoso Vieira. -----

Faltas: -----

Aqui Há Porto-RM – Natacha Filipa da Silva Santos substituída por Maria da Glória Vieira da Silva. -----

PS – Abílio Pereira dos Santos substituído por Pedro Miguel Alves Moreira de Castro Menezes.

PSD – Ernesto Paulo Preto Galego substituído por Tiago Filipe Alves Moutinho. -----

BE – Mário Augusto de Sousa Moutinho, substituído por Rita de Aires Pacheco Domingues. -----

PAN – Natacha Gambini Doria Meunier, não se fez representar. -----

Executivo – Estiveram presentes os seguintes membros: Nuno Filipe Teixeira da Cruz (Presidente) e os Vogais: Rui Pedro da Silva Cavalheiro (Tesoureiro), Verónica Marta Stuve Veiga de Faria (Secretária) e Augusto Artur Saldanha -----

Presidente em exercício da AF – Cumprimentou todos os presentes e deu início à Assembleia. O Presidente em exercício da AF – Informou que o Sr. Ernesto Galego estava ausente e por esse motivo, ficava ele (Mário Praça) nesse lugar, e para que a mesa ficasse completa propôs o

*Maria
Cristina
Vilares
Lima
Rothes*



**União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.**

Tiago Moutinho. Ficando a Mesa constituída desta forma: Presidente em exercício Mário José Machado Faria de Almeida Praça, 1º Secretário em exercício Maria Cristina Vilares Lima Rothes Barbosa Silos de Medeiros e 2º Secretário em exercício Tiago João Peixoto Fonseca. -----

Presidente em exercício da AF – Procedeu à leitura do Edital e efetuou a chamada para confirmar as respetivas presenças. Nesta Assembleia estão presentes dezoito Deputados. -----

Presidente em exercício da AF – Perguntou se alguém do público quer falar, e deu a palavra a uma freguesa. -----

Angelina de Jesus – Informou que na zona vulgarmente chamada de Cordoaria existem quatro abrigos de paragens (em frente ao Centro Português de Fotografia), usadas na sua maioria por pessoas idosas e com dificuldades de locomoção, que são obrigados a fazer “ginástica” para que possam entrar ou sair dos autocarros. Isto porque nas ditas paragens estão autocarros turísticos estacionados. Teve a oportunidade de num determinado dia assistir a cerca de cinquenta autocarros parados. E soube que os ditos autocarros não têm locais definidos para que possam estacionar ou para entrada e saída de passageiros. Já pediu informação na Câmara Municipal, aguarda resposta. Também disse que aquela zona existe camaras de vigilância, para a prevenção do crime com ligação à PSP e outras diretamente ligadas ao centro de gestão integrado visto pela Polícia Municipal, porque não atuam? Está em representação das pessoas que ali vivem e que não conseguem reclamar. -----

Presidente da Junta – Respondeu à D. Angelina que ele também tem tido essa mesma dificuldade e chamou diversas vezes a polícia, era falso que não existisse local para esses autocarros. Na zona de Campanhã e na Batalha. E também que foi dado aos STCP competência de poder multar todos os veículos que estejam nas paragens dos autocarros. -----

Teresa Martins (BE) – Disse que já tinha reparado em tal, tanto pelo transtorno que causa, mas também pela tentativa de não atropelar pessoas. Vai tentar que noutras instâncias o B.E possa reclamar. Em relação à intervenção do Sr. Presidente independentemente de as pessoas o interpolarem na rua, não invalida que as pessoas possam expor os problemas neste local, e as pessoas devem ser incentivadas a participar. -----

Presidente em exercício da AF – Informou que a CDU tinha duas propostas e uma do PS. Foi pedido que todos fossem lidos de forma seguida e no final ser feita a interpelação. Todos aprovaram. -----

Vítor Vieira (CDU) – Iniciou a leitura da Moção “Comemorar abril, afirmar e valorizar o Poder Local Democrático”, que fica anexa à ata com o n.º 1 - Interrompeu a leitura para dizer que antes do vinte e cinco de abril, os representantes das câmaras eram nomeados pelo governo, vereadores que não tinham qualquer relevância na governação. Tudo era decidido pelo governo e posto em prática pelos presidentes camarários, nas freguesias existia um regedor também ele nomeado. As populações não tinham qualquer participação nem liberdade para falarem dos problemas. Nas aldeias não havia vias pavimentadas, saneamento nem eletricidade. Foi abril que permitiu as pessoas a serem decisoras para que houvesse um conjunto de equipamentos e condições essenciais hoje. Continuou a leitura do documento. ----

João Duarte Gonçalves (CDU) – Procedeu à leitura do Voto de Saudação “Saudação à Luta dos Trabalhadores e das Populações”, que fica anexo à ata com o n.º 2 -----

Sandra Mondim (PS) – Iniciou a leitura do Voto de Saudação “Voto de Saudação – 25 de Abril e 1º de Maio”, que fica anexo à ata com o n.º 3. -----

Gianpiero Zignoni (Aqui Há Porto – RM) – Começou por reconhecer e regozijar o vinte e cinco de abril sem o qual não se poderia estar a ter estas discussões. Em relação às propostas da CDU, há várias coisas com que o Grupo RM não se identifica, e outras que fazem total sentido como valorizar o poder local. O deputado Vítor disse que décadas de política de direita que

tem contrariado, no entanto a CDU apoio essas políticas durante o governo de António Costa. A exigência de criação de regiões administrativas sem mais demoras, é impossível, uma vez que é um processo demorado. O Movimento Aqui Há Porto é 100% favorável à regionalização, mas não são favoráveis a esta apresentação, nem à reposição das freguesias liquidadas. A saudação ao primeiro de maio, é curioso porque a primeira coisa é valorizar um evento promovido pela CGTP, enquanto o PS tem um discurso sem tanto carácter político. Portanto o Grupo Aqui Há Porto, subscrever o voto do PS de saudação ao vinte e cinco de abril e primeiro de maio, em relação à CDU vamos votar contra. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Concordou com tudo o que o antecessor disse, sobre o primeiro de maio, a CDU somente quer manifestações em vez de mostrar apoio aos trabalhadores e indutar os mesmos, isso é o mais importante. A declaração do PS embora não seja totalmente de acordo, mas parece mais sensata e o voto será a favor. -----

Vítor Vieira (CDU) – Disse que o que se vota é os pontos mutáveis, os considerandos não se votam. Pode estar de acordo no que se vota, mas em desacordo com as causas. Afirmar que a CDU apoio políticas da direita é estranho, o que apoiou foi a solução governativa após 2015 e recuperar direitos retirados aos trabalhadores, como por exemplo: feriados, os subsídios de férias e Natal, ou repor as trinta e cinco horas semanais. E ainda implementar coisas que não se faziam como manuais escolares gratuitos, creches gratuitas que tarda em haver condições para tal. Na Câmara Municipal no dia 22 de abril votou favoravelmente por unanimidade a proposta da CDU é que no essencial é a mesma. Falam em regiões administrativas, mas desde a constituição da república aprovada em 02/04/1976 passaram quarenta e oito anos e o que se assiste é o atraso na criação de regiões administrativas que levou à desertificação do interior enquanto o litoral ficou sem capacidade para suportar o que lhes é imposto. A questão do primeiro de maio, ao falar da manifestação da inter jovem, foi pelo facto de não haver outra. Mas o que se vai votar a luta das populações e dos trabalhadores por melhores condições de vida e contra o aumento do custo de vida. São manifestações do primeiro de maio e não do primeiro de maio da CGTP. Não vejo motivo para não se votar favoravelmente qualquer uma das declarações. -----

Rita Aires (BE) – Informou que o BE vai se associar às duas saudações apresentadas pela CDU e pelo PS, e irá votar a favor das três. -----

Presidente em exercício da AF – Perguntou à CDU se concordava ou não com a associação do BE na declaração que apresentaram, e os mesmos concordaram. De seguida passou à votação das declarações. -----

Presidente em exercício da AF – Primeira declaração apresentada pela CDU “Nos 50 Anos da Revolução – Comemorar abril, afirmar e valorizar o Poder Local Democrático”, o resultado foi o seguinte: dez votos contra sendo seis do Aqui Há Porto – RM e quatro do PSD. A favor foram oito votos sendo quatro do PS, dois da CDU e dois do BE. Abstenções foram zero votos. Este documento foi rejeitado. -----

Segunda declaração apresentada pela CDU “Saudação à Luta dos Trabalhadores e das Populações”, o resultado foi o seguinte: dez votos contra sendo seis do Aqui Há Porto – RM e quatro do PSD. A favor foram oito votos sendo quatro do PS, dois da CDU e dois do BE. Abstenções foram zero votos. Este documento foi rejeitado. -----

Terceira declaração apresentada pelo PS “Voto de Saudação – 25 de Abril e 1º de Maio” foi aprovado por unanimidade. -----

Rita Aires (BE) – Pediu esclarecimento sobre as transmissões das assembleias de freguesia online em direto, e também perguntou se o executivo vai hastear a bandeira LGBT no dia 17 de

*Manoel
CBB
Luis F.*



maio, dia internacional contra a homofobia, transfobia e bifobia e também no mês de junho, quando se realiza a marcha do Orgulho na nossa freguesia. -----

Vítor Vieira (CDU) – Perguntou ao Sr. Presidente se foi solicitado à Câmara formas de melhorar a recolha de lixo, principalmente nas freguesias de Miragaia, São Nicolau. Há um aumento de pessoas e mais lixo, mas não houve resposta da Câmara adequada. Se existem medidas pensadas ou vai haver por parte da junta insistência com a Câmara para que haja um serviço mais eficiente. Outro ponto que preocupa não só na freguesia, mas também nas outras freguesias da cidade que se prende com as luminárias apagadas em diversas ruas. O que faz que algumas ruas fiquem inseguras tanto a pé como a conduzir. A última questão saber dos imóveis que são da Junta e os da Câmara na zona da Lapa qual a situação desses imóveis. -----

Presidente da Junta – Referiu que tem muito interesse nas transmissões das assembleias, uma vez que o executivo dava a conhecer o trabalho efetuado. O Executivo está em reunião com algumas empresas que prestam serviço DPO, estiveram para contratar uma empresa que presta o serviço noutra Junta, mas com as informações que obtiveram em que o trabalho não era o adequado, o executivo não contratou. Uma vez que gere dinheiros públicos e não deve desperdiçar dinheiro em empresas que não prestam um bom serviço. Sobre o hastear a bandeira LGBT, disse que como Presidente do Executivo acha que os serviços e edifícios públicos, não devem hastear bandeiras de minorias. Se a Assembleia decidir o contrário, então irá hastear. No entanto o executivo está disponível para ajudar a hastear noutro sítio, nas ruas por onde a marcha vai passar. A Junta deve ter três bandeiras hasteadas, uma irá ser apresentada no futuro que vai ser a bandeira da União de Freguesias com os brasões das seis Juntas extintas, a bandeira da cidade e a bandeira do país. Sobre o lixo, a Junta está em articulação com o Porto Ambiente, para que esse problema seja resolvido. Na iluminação a Junta tem também feito o possível para que se resolva. As casas da Lapa, o legado Teixeira Miranda é uma herança que ficou para a Junta, mas que não foi registada, a Conservatória do Registo Predial não aceita o registo em nome da Junta devido à alteração dos nomes da rua. A Dra. Alexandra Cachucho está a tratar do processo e vai se avançar para usucapião. Se a Junta tivesse o legado Teixeira Miranda registado podia ter concorrido ao financiamento do PRR na recuperação dessas casas. -----

Rita Aires (BE) – Relativamente à transmissão, afirma que se o Presidente e o executivo tivessem interesse em divulgar o trabalho que faz, é estranho que demore tanto tempo. Sugere que pergunte na Câmara Municipal e noutras Juntas como resolveram o problema do DPO. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Perguntou ao Presidente da Junta, como estão os protocolos? Se houve protocolos feitos com associações ou coletividades, se envolveu dinheiro ou não. Porque na Assembleia não foi nada apresentado, nem para votação nem retificação. Também queria saber como está o processo do PRR da compra do edifício e o projeto para a candidatura. -----

Sandra Mondim (PS) – Perguntou ao Presidente como foi possível colocar um anúncio de procedimento de venda do legado Teixeira de Miranda, no anterior mandato. O procedimento 2/2021 de 4 de maio, para alienação de património, como estava registado nessa altura para tal procedimento pela Junta? -----

Presidente da Junta – Respondeu que os protocolos que a Junta tem assinado, estão em atas minutas do executivo, estão no site da Junta, tudo público. Os únicos protocolos que tem de ser levados a Assembleia é a cedência de espaços. Sobre o PRR foi com muito sucesso que a Junta apresentou as duas candidaturas. Esperam fazer história se a resposta for positiva. -----

M. L.
ORBT
V. F.

Sandra Mondim (PS) – Disse que o Presidente e o executivo podiam consultar atas e documentos e toda a documentação que as acompanha de 01/06/2021, porque para além de ter sido uma questão de alienação destes edifícios trazidos à Assembleia, vários deputados que estão presentes assim como a própria viram os registos desses imóveis para efeitos da alienação. -----

Vítor Vieira (CDU) – Referiu sobre a solicitação do PSD relativamente aos protocolos, e o reiterado incumprimento Junta de Freguesia ao que lhe é solicitado. Foi feito um pedido pela CDU para que seja entregue cópias dos protocolos. Responder que está no site da Junta, para evitar responder solicitações escritas que estão previstas legalmente. A listagem dos protocolos que está no site da Junta são quatorze, a lista de protocolos identificadas em minutas da Junta das reuniões que nem estiveram atempadamente publicadas, o que também é uma falha porque para que haja legalidade nas deliberações é preciso que sejam publicadas ou por edital ou minuta aprovada e publicitada. Nessa listagem de protocolos, existem trinta protocolos, grande parte não está no site e nas minutas que foram entregues junto com os documentos há dois protocolos que não sabemos se implicam vir ou não a aprovação de Assembleia. Dizer que há protocolos e não informar mais nada não é forma de agir. Há pedidos feitos há dois anos e sem resposta quando tem trinta dias para responde. -----

Presidente da Junta – Respondeu que não adianta consultar atas minutas, porque os papéis não provam nada uma vez que não está registado na Conservatória. Informou que todos os protocolos iram por email para a Assembleia. -----

Presidente em exercício da AF – Informou que o deputado António Teixeira do PS, solicitou a suspensão do mandato pelo período de seis meses, por motivos profissionais. Informação enviada por email. Foi feita a votação da ATA número vinte e quatro aprovada unanimemente pelos deputados que estiveram presentes na Assembleia de vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e três. E Passou para o ponto um da OT Eleição de Vogal da Junta de Freguesia, mediante proposta do Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Informou que volta a propor o Sr. Abel Magalhães para subir ao executivo. -----

Presidente em exercício da AF – Pediu para ser feita a distribuição dos votos. -----

João Duarte Gonçalves (CDU) – Procedeu à leitura da declaração de voto “Eleição de Vogal, que fica anexo à ata com o n.º 4. -----

Presidente em exercício da AF – Disse que todos os deputados votaram menos a CDU. Foi feita a contagem dos votos. Votos em branco nove, votos a favor sete. Não foi aprovado este ponto.

Presidente em exercício da AF – Deu início ao segundo ponto da OT Apreciação e Votação do Relatório Final do Orçamento Colaborativo 2024. -----

Presidente da Junta – Informou que receberam cinquenta e duas candidaturas, sinal de um trabalho perfeito e transparente. O gabinete de apoio às candidaturas auxiliou de forma que nenhuma candidatura fosse excluída por falta de documentos ou outra razão. Agradecendo às colaboradoras. Foi feita uma sessão pública para se selecionar os dois membros do júri que faltavam para se juntarem aos três membros eleitos pela Junta. Houve uma votação por parte do público e o júri completou o restante trabalho de forma excecional, o qual agradece. Cinquenta por cento das candidaturas foram eleitas. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Informou o Presidente que não tinha o documento completo. Que é em papel, e se foi por email não reparou. -----

Presidente em exercício da AF – Disse que ninguém fez aquilo por mal e pediu se o Deputado Ricardo não se importava de pedir ajuda nos elementos da sua bancada. -----

Handwritten signature in blue ink.



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Vítor Vieira (CDU) – Disse que se está num estado de democrático de direito, que se regem pelas leis e a lei não foi alterada, não se falou em desmaterialização. Se tal acontecer então vai ser obrigatório dar meios a cada membro da assembleia para que possam aceder aos processos desmaterializados. Preferir o envio por email, desrespeita o que está no Regimento e na lei que diz: “os documentos devem ser enviados por carta registada com aviso de receção ou protocolo”. A Junta tem tido comportamentos e atuações que não tem cobertura legal no que respeita as suas formas de reuniões será no momento adequado falar disto. -----

Presidente em exercício da AF – Informa que foi proposto na Assembleia que os documentos pudessem ser enviados por email. Mas como é obvio, sempre que algum Deputado solicitar em papel lhe deva ser dado. Pelo movimento que o Deputado representa o PEV presumindo que seja a parte verde, se for possível utilizar o meio eletrónico. -----

Vítor Vieira (CDU) – Todos tomamos essa decisão na desmaterialização. Todos aceitamos porque temos equipamento que nos permite consultar os documentos, mas uma coisa é aceitar e outra é a impor. No dia que quiserem impor vamos ver isso onde está na legislação. Isto é apenas uma advertência. -----

Presidente em exercício da AF – Pede para não haver discussão e passar à frente. -----

Vítor Vieira (CDU) – Prosseguiu a intervenção sobre o Orçamento Colaborativo 2024 anexo 5, acrescentou que ao olhar para os valores das candidaturas beneficiadas, os valores oscilam entre os mil e setecentos e cinco mil euros, com algumas exceções doze mil, doze mil e quatrocentos e dezassete mil euros, são valores mais elevados que seria para equipamentos perenes, ou seja, para o futuro. Mas ao analisar verifica-se que apenas três candidaturas em que é feito um valor mais elevado serão para futuro. Os restantes são temporários, este não era o objetivo inicial do orçamento colaborativo. Terminou a intervenção dizendo que nada a CDU tem contra os candidatos, o júri, mas sim tudo contra o processo. -----

Teresa Martins (BE) – Referiu que mais uma vez o BE reforça o que tem sido a sua posição em relação ao tema, nada há a dizer em relação ao trabalho do júri, que agradecem, nem em relação aos resultados, mas sim sobre o processo. Em todas as Assembleias isto é discutido, mas na prática nada podem fazer em relação ao regulamento. Sendo assim, não existem condições para se pronunciarem sobre os resultados. Dito isto, informou que iram votar em conformidade com o que tem sido a votação do BE na Assembleia Municipal assim como o posicionamento do Vereador do BE na Câmara Municipal. Sublinhou este processo tem sido contestado sistematicamente. -----

Sandra Mondim (PS) – Referiu que tal como o deputado Vítor Vieira da CDU e a deputada Teresa Martins do BE, não há nada contra as candidaturas, mas tem uma dúvida não em relação ao trabalho do Júri, é a candidatura número trinta e dois foi aceite nesta União, mas sendo uma escola, instituição da Freguesia de Campanhã, porque não entregou a candidatura ao orçamento colaborativo de Campanha? Informou também que o PS mantém o sentido de voto que tem sido em outras alturas. -----

Presidente da Junta – Disse que o Orçamento Colaborativo, destina-se a projetos na União de Freguesias, mas as Associações não precisam forçosamente de estarem sediadas na União. Há inúmeras associações que se candidatam sem ser da União, mas o projeto é desenvolvido nesta União. Deu o exemplo do CDUP com a modalidade o rãguebi que traz esta modalidade aos meninos da União, independentemente de não serem da União de Freguesias, o que interessa é que o projeto tenha intervenção direta na União de Freguesias. -----

Presidente em exercício da AF – Deu por terminado a discussão deste ponto e passou à votação “Apreciação e Votação do Relatório Final do Orçamento Colaborativo 2024” cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor dez, sendo seis do Aqui Há Porto – RM e quatro do PSD.

Abstenções foram oito sendo quatro do PS, duas da CDU e duas do BE. Votos contra zero. Este ponto foi aprovado. -----

Vítor Vieira (CDU) – Informou que a intervenção que fez anteriormente é uma declaração de voto e que deve ficar junto à deliberação. -----

Teresa Martins (BE) – Reforçou que o BE se absteve por saber que este apoio é importante para a Freguesia e relevante como tal deve continuar a existir, mas o problema é que este processo tem pouco de participativo e cada vez menos colaborativo, a abstenção é em relação ao processo e não sobre os resultados. -----

Sandra Mondim (PS) – Informou que a abstenção do PS se mantém em conformidade com o que tem sido a posição do PS, reforçou que a abstenção não é por causa das candidaturas, mas pela falta de transparência do processo -----

Presidente em exercício da AF – Deu início à discussão do ponto três “Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Relativos ao ano de 2023”. -----

Presidente da Junta – Disse esta prestação de contas é o reflexo da gestão e transparência, uma gestão que permite à União de Freguesias ter uma almofada financeira, exemplo disso é o interadministrativo enviado pela Câmara Municipal ser só em março. Devido à boa gestão foi possível pagar os ordenados antes desse valor entrar na União. O edificado da Junta também precisa de reabilitação, edifícios com infiltrações, com janelas não funcionais. São muitos gastos, mas temos contas sérias que permitem após esse relatório de atividades, que a Junta tem feito e que foi dado a conhecer aos Srs. Deputados de haver um saldo de gerência no valor de cento e oitenta mil euros. -----

Teresa Martins (BE) – Perguntou se o relatório descrito corresponde ao trabalho que tem sido desenvolvido pela União de Freguesias no ano de dois mil e vinte e três, e exemplificou a área da cultura que tem como única referência o Coro, mas no descritivo das contas tem outras atividades na despesa. Tal como em anos anteriores continua o desencontro entre o relatório de contas, o descritivo das contas e o que é apresentado. São duas partes de um documento que deveria bater certo. Depois, a falta de estratégia do Executivo em áreas concretas. Por exemplo, não ter havido candidaturas aos fundos comunitários que fosse adequado àquilo que a Junta queria fazer. Perguntou se não há fundos comunitários adequados ou se não há planos, se não há áreas de intervenção estratégica definidas. O PPR está em pleno e não há nenhuma linha de apoio que interesse à Junta de Freguesia. Há uma candidatura, mas espera que possa haver mais durante este ano. Neste relatório não há uma intervenção planeada da Junta para intervir em áreas prioritárias que o próprio executivo define como estratégicas ou prioritárias o que há é um conjunto de coisas que vão surgindo. Este tipo de situação seria aceitável, no início do mandato, mas neste momento parece que vai ser assim até ao final do mandato. O BE considera pouco para uma União de Freguesias com a dimensão que tem e localizada no centro da cidade. O que se percebe destas ações avulsas é que muitas vezes não são planeadas estrategicamente. E isso reflete-se na falta de qualidade dessas mesmas respostas, abrir estruturas, espaços sem qualidade é pior que não abrir. Deu como exemplo o ginásio, reaberto e teve a deputada a oportunidade de lá ir pessoalmente ver e lança o convite para todos os deputados irem ver, porque duvida que esteja a funcionar legalmente. Há uma senhora sentada, a fazer o que lhe mandaram, ou seja, estar sentada e abrir e fechar a porta. A dúvida é se um ginásio com máquinas daquele género pode estar a funcionar ao público sem ninguém habilitado para trabalhar, torna-se perigoso, mas também foi perceptível que ninguém vai ao ginásio e como tal é como se não existisse. No entanto se alguém for para lá e se magoar como se vai resolver? Este é um bom exemplo da falta de visão estratégica, fazendo coisas de forma inconsequente e eventualmente perigosa. -----

Haroldo
Elbri
Luis



Pedro Menezes (PS) – Pediu esclarecimento sobre se as contas da Junta não precisavam de ROC, foi-lhe respondido que não. Continuou a sua intervenção questionou o agravamento da despesa nos balneários e sanitários que passou de seis mil euros para trinta e quatro mil euros. Sobre o parque de estacionamento que nos últimos anos tem tido oscilações, nos dois últimos anos foram trinta e cinco mil euros e depois passou para dez mil e está agora em quarenta e sete mil e trezentos euros. Na rubrica locação de edifícios na aquisição de bens e serviços estão dezasseis mil euros, perguntou se existe algo planeado para a locação de edifícios. A produção de quatro mil euros em estudos e pareceres, projetos e consultadoria passou de quarenta mil euros para trinta e seis mil euros foi uma redução de dez por cento, o que é sempre bom uma redução de custos. E a última questão que nunca tem sido respondida a razão dos trinta e três mil euros em comunicações. -----

Vítor Vieira (CDU) – Questionou o Presidente da Junta se o documento em apreciação na Assembleia foi enviado para o Tribunal de Contas, o Presidente da Junta confirmou que sim. Continuou a intervenção afirmando que este documento não merece confiança, e afirma que não tem motivos para confiar no trabalho do Dr. Felizes. Mencionou a página cento e cinquenta e quatro no artigo quarenta na última clausula diz “que o presente regulamento entra em vigor após a sua aprovação”, mas desconhece o quando foi aprovado. Prosseguiu para a página cento e cinco, que se refere à certidão de receita emitida pela Câmara Municipal sobre a verba de setecentos e cinquenta e sete mil euros e oitocentos e quatro euros, no âmbito do contrato Interadministrativo delegação de competência, esse valor não se sabe como está a ser aplicado, porque não há relatórios semestrais. Mencionou a página cento e oitenta e sete aquisição de bens de capital, inicialmente prevista no valor de cento e noventa e sete mil euros foi alterada e a dotação corrigida final para o valor de cento e cinquenta e cinco euros e oitocentos e vinte euros, passando à página sessenta e três o valor capital total foi de quarenta e cinco mil trezentos e onze euros mas não se sabe do que é, porque nas página sonde deveria estar explicado a página quarenta e três despesa por agrupamentos diz que aquisição de bens de capital foi de quarenta e cinco mil euros, mas não diz o que foi adquirido, veio para esta assembleia as alterações ao Inventário e presume-se que resulte de equipamento informático, nomeadamente sete portáteis. É um pouco estranho uma vez que estava previsto cento e cinquenta e cinco mil euros e apenas foram gastos quarenta e cinco mil euros. Normal haver um saldo de gerência tão elevado. Mencionou a página quarenta e um que havia uma expectativa de arrecadar cento e trinta e seis mil e duzentos euros e arrecadou-se imensa quantia no de zero euros. Esta execução orçamental com umas previsões que depois não se concretizam é merecedora de algum crédito. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Disse que não iria analisar a parte das contas, mas iria falar do relatório de atividades. Referiu que parece anedótico, e inclusive foi ao google confirmar a definição de relatório de atividades, a resposta é que seria um instrumento de gestão de avaliar os objetivos atingidos, o grau de realização de atividades atendendo aos recursos utilizados. Numa segunda definição diz que tem como objetivo apresentar as atividades que foram desenvolvidas em relação ao que foi previsto no plano de atividades. Neste relatório o que se vê é uma lista de coisas, mas sem perceber qual o resultado. Numa reunião efetuada com todos os partidos, a Teresa perguntou o que era a marca Porto Histórico ao qual o Sr. Presidente respondeu “está na minha cabeça”, parece que continua na sua cabeça, porque não surge em lado nenhum o que é a marca Porto Histórico, nem o princípio, nem o objetivo e nem o fim. Sobre a Gala do Desporto, há uma linha sobre isso, mas não se sabe o que aconteceu na Gala do Desporto, quem se premiou, o que se fez, se houve mais prémios. Houve umas condecorações, uma personalidade foi condecorada. Somente isto, nem quem foi

Handwritten signature and initials in blue ink.

condecorado nem como foi. Este documento não é nenhum relatório de atividades, mas antes uma lista de coisas que foram feitas avulso. -----

Pedro Menezes (PS) – Deu um esclarecimento de forma a corrigir a intervenção que teve. Sobre o parque de estacionamento, após ter falado com o Sr. Presidente os parques de estacionamento baixaram de trinta e cinco mil euros para dez mil euros e agora cinquenta euros. -----

Presidente da Junta – Referiu que o documento em votação era o saldo de gerência que se intitula atividades e as contas anuais do ano de 2023, a informação em falta, está no documento informação trimestral, toda a informação das atividades da Junta está detalhada. Este documento tem menos informação detalhada porque é contabilístico. Sobre o Porto Histórico também se encontra detalhado na informação trimestral. Respondeu à Deputada do BE, dizendo que há estratégias e planos, assim como eixos prioritários de intervenção, deu como exemplo a educação com um plano de atividades nos atls, nas escolas e no Porto Histórico que foi feito um desafio a uma escola profissional. Também eixo prioritário a habitação onde a Junta candidatou-se ao PRR, no ano anterior não houve fundos abertos por essa razão a Junta não se candidatou. Sobre o ginásio, pode funcionar tem as atividades que as pessoas praticam como cardio, tapete. A Junta também tem o que chamamos de Freguesia ativa onde podem os fregueses podem ter aulas de tai chi, zumba, aulas de dança para todas as idades. Na cultura temos o coro que ensaia em São Nicolau, mas na Associação de Moradores da Bouça tem outro coro para que a cota alta da freguesia possa também participar assim como zumba e Tai Chi e dança sem idade, as mesmas aulas / atividades na cota alta e baixa da freguesia. Todas aulas estão lotadas de fregueses. Sobre o parque de estacionamento, o Sr. Deputado Pedro Menezes já esclareceu, deixamos de ter parque de estacionamento por esse motivo a redução nos valores. Sobre as telecomunicações já respondeu noutra Assembleia, mas voltou a explicar que há cinco edifícios e em cada um existem telefones, assim como as assistentes sociais que usam telemóvel da Junta, mas nenhum elemento do executivo tem telemóvel da Junta. Estamos a trabalhar num caderno de encargos de forma a alterar o contrato de comunicações. A CDU que fala de falta de confiança, no entanto anda na rua a fazer manifestações por mais habitação e quando a Junta traz a esta Assembleia a possibilidade de mais habitação votam contra, quando se fala em apoiar mais a coletividades e associações, não votam no orçamento colaborativo. Voltou a esclarecer que é um relatório de atividades resumido, o que está mais visível são as contas que são enviadas para o Tribunal de Contas e para o IGF, um documento mais técnico e contabilístico desta Junta, com imensas rubricas de atividades. Explicou que seria impossível resumir numa só folha o que se passou na Gala do Desporto, que foi publica, também seria impossível colocar o que se passou na Gala de Beneficência da Associação APPDL. -----

Vítor Vieira (CDU) – Começou por dar exemplos de algumas situações que considerou absurdas. Neste relatório de atividades no ponto coesão social ponto 2 e ponto 2.3 sobre o programa estamos juntos foram realizadas cinquenta e cinco candidaturas, quantas foram aplicadas? Ponto 2.4 Porto Solidário foram submetidas cento e setenta e oito candidaturas, quantas foram aprovadas? Não se sabe, mas foi em fevereiro do ano passado, depois em dezembro abriu uma edição extraordinária e foram mais noventa e quatro pessoas a somar as cento e setenta e oito, não se sabe quantas foram aprovadas, o último exemplo o bilha solidária foram vinte três candidaturas e não se sabe se alguém recebeu. Isto não é um documento de prestação de contas, mas sim uma enumeração de factos dispersos. Por fim referiu que o anexo da Lei 75 de 2013 no artigo 9 numero1 alínea b diz o seguinte “Compete à Assembleia de Freguesia, apreciar e votar a conta de gerência, os documentos de prestação de

Handwritten signatures and initials in blue ink.



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

contas”. Tal não foi feito e foi enviado para o Tribunal de Contas, então não estamos aqui a fazer nada. -----

Teresa Martins (BE) – Referiu que seria suposto os relatórios de atividades serem um resumo das atividades desenvolvidas pelo Executivo no ano transato, mas este documento não é um resumo por mais que o Sr. Presidente insista que sim. É um documento com ausência de referências das atividades efetuadas, até porque fica o executivo prejudicado em memória futura do trabalho desenvolvido. Porque no futuro o que as pessoas vão ver é somente este documento. Esperando que no futuro estes documentos possam ser melhorados. Mas neste momento este documento não foi realizado com a atenção e compromisso. -----

Presidente da Junta – Afirmou que foi um enorme trabalho conseguir fazer uma almofada financeira nesta União, nos meses janeiro e fevereiro foi possível pagar os ordenados mesmo sem haver transferência da Câmara, e, no entanto os Srs. Deputados não disseram nada em relação a isso, mas falam de um plano que não está detalhado, estas Assembleias deveriam ser transmitidas para que as pessoas em casa soubessem o que o executivo aqui passa. Foi feito um vídeo sobre o PRR, que tem dez mil visualizações nas várias redes sociais, em que informo que os Srs. Se abstiveram num processo de compra de um prédio, aquisição e reabilitação financiada a cem por cento pelo PRR e que a CDU votou contra. O programa “estamos juntos” é um programa municipal onde as assistentes sociais da União submetem as candidaturas e o resultado vai diretamente para os utentes, o mesmo acontece com o Porto Solidário que a resposta vai diretamente para o utente que se candidata. Como pode a Junta ter acesso aos resultados? Não se vai perguntar aos utentes se a candidatura foi aprovada. A Junta apenas submete os processos e o mesmo se passa com a bilha solidária. Um programa da ANAFRE imposto pelo governo. Foram cerca de cento e setenta e cinco mil euros gastos no ano dois mil e vinte três em atividades. -----

Presidente em exercício da AF – Informou que este ponto em debate está a ser demasiado extenso em intervenções. -----

Teresa Martins (BE) – Referiu que a parte final da intervenção do Presidente da Junta, sobre a publicação em redes sociais, como podia garantir a proteção de dados, uma vez que por causa disso as Assembleias não são transmitidas. São publicações de festas promovidas pela Junta, e que são partilhadas em direto nas redes sociais, mas isso não parece haver problema sobre a proteção de dados e de identidade, mas para transmitir on-line as Assembleias é um problema. Foi aprovado o Regimento em abril do ano passado, assim como o regulamento das transmissões e não está a ser cumprido. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Disse que apenas estavam a fazer o que foi proposto pelo Presidente da Mesa que é analisar a parte política e não a parte técnica, inclusive se propôs que os políticos conversassem com o técnico de contas para tirar dúvidas. -----

Presidente em exercício da AF – Disse que propôs ao executivo que disponibilizasse essa informação. Mas não é obrigatório. Os problemas técnicos podem ser ultrapassados.

Presidente da Junta – Informou que o relatório trimestral tem toda a atividade de dois mil e vinte e três. Sobre as transmissões chegou um documento alertar para uma possível ilegalidade. Podem aprovar hoje. Tem de haver um regulamento e para isso tem de o executivo aprovar o procedimento, colocado em audiência previa e discussão publica. -----

Gianpiero Zignoni (Aqui Há Porto – RM) – Referiu que é verdade que há publicações por parte do Presidente da Junta, mas é na página pessoal, são eventos públicos e apesar da importância de uma festa para os seniores não se compara ao que é uma Assembleia de Freguesia. Sobre o documento, nos últimos anos houve um aumento da atividade, há fregueses que aderem como na zumba e outros nem tanto como o ginásio. O que não podia condicionar a Junta a

decidir quais as atividades por ter ou não ter fregueses. No entanto se algumas atividades não houver fregueses aderentes faz todo o sentido encerrá-las. Sobre as contas, foi feito um grande trabalho, porque as contas estavam deficitárias e neste momento a União pode respirar. O que vai ajudar nos próximos tempos e projetos. -----

Presidente em exercício da AF – Deu início à votação “Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2023”. Cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor seis do Aqui Há Porto – RM, Votos contra seis, sendo quatro do PSD e dois do BE, Abstenções seis sendo quatro do PS e duas da CDU. Verificou-se um empate na votação. -----

Presidente em exercício da AF – Contou os votos e como houve um empate técnico disse que compete ao Presidente da Mesa desempatar e sendo coerente com as suas decisões e como tal optou por votar a favor. Sendo este ponto aprovado-----

Presidente em exercício da AF – Informou que o grupo Rui Moreira vai apresentar uma declaração de voto à posteriori-----

Ricardo Baptista (PSD) – Disse que o voto contra do PSD foi porque o Relatório de Atividades não tinha todas as atividades feitas pela junta. -----

Teresa Martins (BE) – Fez uma declaração de voto, dizendo que votaram contra porque há deficiências identificadas na estrutura do próprio documento, ou seja, o desencontro descritivo do relatório e as contas que são prestadas, não é um detalhe. É importante a bem da transparência e de tudo o que se espera de uma União de Freguesias desta dimensão. Depois, por coerência que foi a votação em relação às grandes opções do plano para o mesmo ano. Como discordado nessa altura em relação aquilo que eram as opções estratégicas. E também no desencontro das perspetivas em relação ao que podia ser o potencial de trabalho desta União de Freguesias e que está a ser absolutamente desaproveitado, não obstante as coisas boas que também terá certamente. -----

Presidente em exercício da AF – Deu por encerrado o ponto três. E adiou a Assembleia a partir do ponto quatro. O prolongamento desta Assembleia será marcado pelo Sr. Presidente. -----

Presidente em exercício da AF – O Presidente dá por concluída a O.T. De imediato Informou os Srs. Deputados que iriam proceder à leitura da Minuta da Ata para ser votada. A minuta foi aprovada por unanimidade. De seguida do Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão. -----

Edifício de Santo Ildefonso, Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, 29 de abril de 2024, pelas 00,25 horas. ----

O Presidente em exercício:



O 1º Secretário em exercício:



O 2º Secretário em exercício:



**Nos 50 Anos da Revolução**

Ref

467/26

29 ABR. 2024

Comemorar Abril, afirmar e valorizar o Poder Local Democrático

Comemorar Abril implica celebrar o que a Revolução representa e expressa enquanto Revolução libertadora, com profundas transformações na sociedade portuguesa, e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

A Revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo; mas que não perduraria se não se imprimisse em todos os demais aspectos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta pelo pão, luta por saúde, educação, habitação e justiça para todos. O que está por cumprir ou realizar não é responsabilidade de Abril, mas sim dos que nunca se conformaram com o que teve de mais avançado, transformador e progressista, e tudo têm feito para empobrecer ou mesmo amputar expressões dessa dimensão

Comemorar Abril exige relembrar o que foi o fascismo, combater o seu branqueamento e destacar a luta antifascista, pela liberdade e a democracia, luta sem a qual não seria possível o derrubamento do fascismo nem as conquistas que se alcançaram. Exige reafirmar a importância das suas conquistas e sublinhar o que Abril constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de políticas de direita têm contrariado.

No actual quadro político da vida nacional, quando avultam limitações de importantes direitos sociais, económicos e políticos, se agrava a situação económica e social, se degradam aceleradamente as condições de vida dos trabalhadores e do povo, se acentuam desigualdades e injustiças –, com o povo



a pagar a factura dos lucros dos grandes grupos económicos e da banca, que aumentam escandalosamente – quando aumenta o domínio económico e político do grande capital, se aprofundam opções de submissão a interesses externos, fragilizando a afirmação da independência e soberania nacionais, vive-se uma ameaça aos direitos dos trabalhadores e do povo, ao progresso e ao futuro do país.

*Ma
elb1*

Comemorar Abril é defender e valorizar o Poder Local e a sua autonomia financeira e administrativa, hoje ameaçada pelo subfinanciamento associado a uma transferência de encargos, pela ingerência tutelar e de mérito, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas, completando assim o edifício do Poder Local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. Comemorar Abril é afirmar e defender o Poder Local no que tem de mais avançado e democrático nas suas expressões de participação, pluralidade e colegialidade.

Comemorar Abril é concretizar o processo de devolução ao povo de Gaia das freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública, e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.



Assim, a Assembleia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, reunida em sessão ordinária iniciada em 29 de Abril de 2024, delibera:

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'H. Silva' or similar, with the date '29/4' written below it.

1. Saudar o 50º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;
2. Reafirmar o espírito de serviço público que animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;
3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;
4. Exigir a criação das Regiões Administrativas sem mais demoras e processos dilatatórios;
5. Exortar a que se conclua o processo de reposição das freguesias liquidadas;
6. Exortar a que os órgãos representativos da autarquia contribuam para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de acto de emancipação, democracia e liberdade.

/ CDU: 29 de abril de 2024



Saudação à Luta dos Trabalhadores e das Populações

Ref 468/24

29 ABR. 2024

ORB

Os primeiros meses de 2024 ficaram marcados por um conjunto significativo de importantes lutas dos trabalhadores em todos o país, que deram expressão nas ruas às suas justas reivindicações, e pela Manifestação da Juventude Trabalhadora promovida pela Interjovem, que em desfile pela Avenida da República, em Gaia, lutaram pelo futuro dos jovens, particularmente assolados pela precariedade e pelos baixos salários.

A mobilização, expressão e impacto destas lutas não se conforma com as inevitabilidades artificiais, com a insuficiência das medidas dos sucessivos governos, com a opção pelo assistencialismo, com a permissão da especulação e aproveitamento do grande capital.

Os 25 milhões de euros de lucros por dia dos grandes grupos económicos, bem como os 12 milhões de euros de lucros por dia da Banca, contrastam com a realidade da vida da esmagadora maioria da população, refém da política dos baixos salários quer no sector privado quer na administração pública do nosso país, da desvalorização das carreiras, do aumento do custo de vida e da inflação, que empurram para a pobreza milhões de portugueses.

Só com um real aumento dos salários, pensões e reformas e a valorização das carreiras, com uma verdadeira justiça fiscal que alivie os impostos sobre os trabalhadores mas recuse a ideia de que o caminho é baixar ainda mais os impostos sobre os lucros do grande capital, com uma agenda realmente digna para o trabalho onde trabalhar não signifique ser pobre e explorado, será possível conduzir o país ao crescimento e desenvolvimento.



Miragaia
DS 11

Assim, a Assembleia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, reunida em sessão ordinária iniciada em 29 de Abril de 2024, Saúda:

- A Luta das Populações e dos Trabalhadores por melhores condições de vida e contra o aumento do custo de vida;
- As Manifestações do 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, enquanto momento maior da permanente luta dos trabalhadores por uma vida melhor e mais digna;
- Dar conhecimento desta Saudação ao Governo, à Assembleia da República e Partidos ali representados, e à União de Sindicatos do Porto.

/ CDU: 29 de abril de 2024



PS

ANEXO N.º 3

Ref 669/24

29 ABR. 2024

[Handwritten signature]
RBH
[Handwritten signature]

VOTO DE SAUDAÇÃO – 25 DE ABRIL E 1º DE MAIO

Entre 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974, Portugal viveu uma ditadura que marca a história do país para sempre pela opressão dos direitos humanos. Foram 48 longos anos...

As palavras que não podiam ser ditas, escritas, os encontros numa qualquer esquina de rua vistos como um acto rebelde, os livros que não se podia ter quanto mais ler, os assaltos a casas donde eram retirados esses livros proibidos, até ao um mero bikini que as senhoras não podiam usar, situações que para os filhos da madrugada ainda hoje custa entender como algo tão vulgar e simples nos dias correntes, eram proibidos.

Igualmente grave era a privação da liberdade sem condenação, as atrocidades cometidas pela PIDE, os abusos constantes de poder, o lápis azul símbolo da censura, o voto, essa arma tão forte que não era permitida a todos usar e a guerra, uma guerra imposta a soldados, muitos sem experiência de vida, quanto mais militar.

No ano em que se comemora os 50 anos do 25 de Abril importa enaltecer cada vez mais os valores conquistados e sobretudo perpetuá-los e valorizá-los, para que a acção daquele grupo de jovens capitães continue viva e actual.

A Europa continua a evoluir no risco de se olhar mais para o passado que para o futuro e por isso se torna sempre imperativo celebrar Abril, para que os jovens não esmoreçam na prossecução de manter viva a democracia e a liberdade e que os direitos conseguidos ao longo destes 50 anos, jamais voltem a ser cerceados.

Com o 25 de Abril de 1974, foi-se aos poucos alcançando metas que pareciam impossíveis. Existiam populações que só viram um médico pela primeira vez em 1975. Criou-se condições básicas de saúde. Surgiu em 1979 o SNS, que com todas as dificuldades que tem vindo a ter ao longo destes 45 anos de existência, continua a ser um marco que a revolução de Abril nos trouxe. A iliteracia que havia, com uma população ignorante no interesse dos governantes, foi também combatida com o acesso à educação para todos. Estes e muitos outros, são direitos que não podemos perder.

Pelo que há uma frase do Capitão de Abril Salgueiro Maia que importa nunca esquecer: “Não se preocupem com o local onde sepultar o meu corpo. Preocupem-se é com aqueles que querem sepultar o que ajudei a construir”.

É também, indissociável da revolução marcar e celebrar a data do 1º de Maio. Desde as lutas sindicais, a reivindicação por melhores condições de trabalho tem sido uma luta travada até aos dias de hoje, nas diferentes áreas profissionais e bem patente nas reivindicações a que regularmente assistimos.

Em Portugal o 1º de Maio de 1974, foi o primeiro celebrado pelo povo em liberdade de norte a sul do país cerca de uma semana após a queda do regime ditatorial, com um entusiasmo e alegria de se poder marcar uma comemoração que o Estado Novo tinha banido e também esta data deve ser comemorada, pois a defesa dos trabalhadores não pode esmorecer nunca.



PS

*Manoel
Ribeiro*

Pelo que, neste ano em que se comemoram os 50 anos do 25 de Abril e do 1º de Maio de 1974, devemos celebrar o momento da história do país em que pudemos acordar em liberdade, em que demos os primeiros passos para a democracia, mantendo viva a convicção de que esse é o caminho hoje e sempre.

Assim, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, delibera manifestar desta forma o seu regozijo pelas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e do 1º de Maio, reiterando o seu compromisso para com os valores de liberdade e igualdade indissociáveis do espírito da revolução de 1974 que conduziram à democracia em Portugal.

Porto, 29 de Abril de 2024

Os representantes do Partido Socialista



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Hed' and 'Vogal'.

1 - Eleição de Vogal

O movimento “Aqui Há Porto/RM”, tendo obtido uma maioria relativa, acordou com o PSD uma solução de eleição de vogais que se veio a comprovar ilegítima, levando a nova solução que não ferisse a legalidade.

Contudo tal solução veio a demonstrar-se instável, levando a que fosse sendo necessária a eleição de novos vogais “AhP/RM” para substituir os do PSD que se iam demitindo.

Chegou-se a uma situação em que o último vogal do PSD não só se demitiu, como renunciou e corre até o risco de lhe ser declarada perda de mandato por incumprimento das regras mínimas, o que é desprestigiante não só para a pessoa e seu partido, como para a própria Democracia.

Depois de sucessivos adiamentos acabou por ser votada uma proposta apresentada pelo senhor do Presidente da Junta, mas que por apenas ter recebido 6 votos favoráveis e 13 brancos não permitiu a eleição.

Hoje é apresentada nova proposta de eleição de Vogal. A CDU reitera o entendimento de que se continua a aplicar o raciocínio vertido no Parecer da CCDR-N INF_DSAJAL_CG_12566/2021 e no Acórdão de 19.1.2023 do Supremo Tribunal Administrativo num processo similar (0366/21.9BEBJA), considerando ainda que um mero Parecer da CCDR-N não se pode sobrepôr a jurisprudência firmada por Tribunal superior, como ali alegado.

Face à evolução registada, a CDU não irá participar nesta votação, e procurará que seja cabalmente esclarecida esta situação.

Handwritten signature in black ink.

/CDU: 29 de abril de 2024



2 - Orçamento Colaborativo 2024

Q.B.1
Márcia
F. S.

Começamos por recordar que no início deste mandato todas as forças políticas afirmavam esperar que este procedimento delegado pela Câmara Municipal passasse a contar com os contributos de todas elas através de um Regulamento/Normas/Orientações que permitissem recuperar a dignidade e credibilidade perdidas nos anteriores mandatos e que levaram a que a nossa União de Freguesias fosse arredada do processo em 2020 e 2021.

Apesar dessa afirmação inicial, a maioria "AhP/RM" e seus aliados do PSD logo puseram de lado essa possibilidade, alegando que a Câmara é que define tudo - nem sequer o Júri pode melhorar o documento. Em 2023 a situação repetiu-se e de novo votamos contra, rejeitando as falsidades que nos tentaram imputar.

Dissemos então: *"não existindo Regulamento, a CDU está contra esta solução. Sem desprimor algum, a quem colaborou no Procedimento, sem desprimor para os membros do Júri, a CDU não vai subscrever ou apoiar os resultados deste processo."* Reafirmamos: o que está em causa não são os candidatos nem o Júri, mas sim um processo que consideramos errado, que não permite alcançar os objetivos inicialmente enunciados. Comprovadamente é um mau instrumento, que foi transformado em pequenos subsídios a muitas entidades, que não resolvem os seus problemas de fundo e liberta a Câmara de, directamente, protocolar com elas soluções adequadas. E não temos sequer, ainda, notícia dos resultados concretos finais do que dele tem resultado - o que em si mesmo também não é bom.

Assim, **de novo nos manifestamos contra este processo**, o que não impede que mais uma vez deixemos ao Júri e candidatos, contemplados ou não, a nossa solidariedade e votos de continuação de bom trabalho.

/ CDU: 29 de abril de 2024